



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ACTA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2010.

Aos Vinte e Sete do mês de Fevereiro do ano de Dois Mil e Dez, pelas Dez horas, reuniu-se na Assembleia de Freguesia de Atei o Órgão deliberativo deste Município. -----

Faltaram à presente sessão os Deputados Municipais: Bruno Miguel de Moura Ferreira, José Pereira Afonso e Mabílio Ribeiro Peixoto. Estes Deputados apresentaram as devidas justificações, tendo a Mesa deliberado justificar estas faltas. -----

PRESENCAS: -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas Dez horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o município. -----

A Senhora Presidente da Assembleia iniciou a sessão propondo um voto de pesar para a Madeira e sugeriu que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem às vítimas. Depois de lida a minuta do texto que seria enviado à Assembleia Municipal do Funchal, a Presidente da Assembleia colocou-o à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, fazendo-se de seguida um minuto de silêncio. -----

O Deputado José Marcelino Gonçalves da Silva iniciou as intervenções questionando o Senhor Presidente da Câmara relativamente às escolas que vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fechar pois a população de Atei está descontente com o facto de as crianças terem de ir para a escola de Mondim de Basto. Solicitou também ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos relativamente à questão da água. -----

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira felicitou a Mesa relativamente ao voto do minuto de silêncio pela população da Madeira. De seguida, solicitou que a sua intervenção ficasse em acta e apresentou um Protesto, que depois de lido seria entregue à Mesa da Assembleia. Acrescentou que sendo professora de formação, da área das Letras, trabalhando todos os dias com a palavra escrita e oral e nas outras variadíssimas formas que a palavra existe, sendo colaboradora activa de várias editoras, entre elas a Porto Editora, não podia deixar passar em branco o assunto que aconteceu com esta obra. De seguido leu o seu Protesto que a seguir se transcreve: -----

«Exma. Mesa da Assembleia, Exmo. Executivo Camarário, Exmos. Deputados, Exmo. Público. -----

À semelhança do Protesto apresentado pelo Vereador Francisco Gomes Ribeiro em reunião de Câmara, venho por este meio apresentar o meu protesto contra a desonestidade que foi cometida neste Concelho. Foi de forma incrédula e sentida que tomei conhecimento do puro acto de salazarismo cometido por este Executivo Camarário em pleno ano 2010 ao censurar e manipular o trabalho feito pelo Professor António Dinis na Carta Arqueológica de Mondim. O acto de vandalismo praticado sobre este livro do Professor Dinis não tem qualquer atenuante, jamais poderá ser explicado ou justificado num tempo de liberdade de expressão e democracia como o que vivemos actualmente. E quero, neste momento e oficialmente em nome do meu Concelho e das pessoas que confiam em mim para ocupar este cargo na Assembleia, apresentar as minhas mais sinceras desculpas ao Professor Dinis pelo acto cometido sobre o seu trabalho. Não sei de quem terá partido a ideia mas só posso imaginar que ela tenha surgido num momento de total falta de lucidez e bom-senso. O que é inaceitável e impossível de entender é como um Executivo, composto por vários profissionais vindos da docência, pode ter permitido tal acto. Não houve ninguém que tivesse a sensatez de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

declarar que jamais se adultera um livro quando este já se encontra fechado. Para além das imposições das regras de boa educação, a atitude intelectualmente e legalmente mais honesta seria incluir qualquer informação adicional em forma de adenda numa nova edição ou, pelo menos, em forma de folha solta. Fico muito triste ao verificar que de forma consciente, visto que sendo pessoas informadas só o podem ter feito conscientemente, este Executivo praticou um acto muito pouco humilde de total falta de respeito pelo trabalho dos outros e que denota uma ausência completa de escrúpulos. Cai este Executivo no ridículo de chamar para si o mérito que é de outros, atitude que é de lastimar, da qual discordo e que reprovoo em absoluto. Pelos motivos acima enumerados venho dar conta da minha completa indignação por tal atitude que deixa toda a gente do Concelho envergonhada. Estando certa de que todos os Deputados do PSD e muitas outras pessoas concordam com o presente protesto, resta-me dizer que este Executivo está reprovado e que esta situação merece divulgação nacional.» -----

De seguida tomou a palavra o Deputado Fernando Avelino Silva que, aproveitando o facto de a reunião estar a decorrer na freguesia de Atei, prestou homenagem à memória do Senhor Luís Filipe Nogueira. De seguida pediu esclarecimentos à Senhora Presidente da Assembleia relativamente a uma proposta enviada no sentido da mesma ser acrescentada na Ordem do Dia, proposta relativa a uma moção elaborada pelo CDS de modo a ser apreciada e votada nesta reunião. Aproveitando o facto da reunião se estar a realizar em Atei, salientou a questão da água pois muitos habitantes de Atei não têm acesso à água em períodos importantes, nomeadamente no verão, pelo que questionou os autarcas responsáveis relativamente ao que se iria fazer para resolver este problema. Chamou também a atenção para a degradação das estradas desta freguesia, nomeadamente o caminho florestal de Bormela. Relativamente às actividades que se realizam anualmente na freguesia de Atei, apelou à Junta de Freguesia no sentido de que, face à redução substancial de alguns subsídios para algumas actividades (festas da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

freguesia de Atei, o Futebol de Atei), essas mesmas se mantenham e se perpetue aquilo que de bom se faz nas freguesias. Para terminar abordou a questão do Muro do Eiral dizendo que não foi o CDS que alimentou essa questão e que enquanto não houver um esclarecimento total essa questão será sempre discutida e afluída. O que se pretende é saber se os interesses do município foram ou não lesados com esta obra. -----

O Deputado Fernando Gomes pediu a palavra e solicitou que a sua intervenção ficasse em acta. Começou por dizer que o Executivo da Junta de Freguesia de Mondim de Basto tinha reunido com o Executivo Camarário para apresentar as suas actividades quer lúdicas, quer de obras, quer culturais. No final da apresentação da Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara disse que só haveria harmonia entre a Junta de Freguesia e a Câmara se o Presidente da Junta tivesse outro comportamento na Assembleia Municipal, ao que o Presidente da Junta respondeu que iria ter sempre o mesmo comportamento. Referiu também que nessa mesma reunião o Senhor Presidente da Câmara fez uma referência a dizer que os membros do CDS têm um mau comportamento na Assembleia Municipal. Saliou que o Senhor Presidente tinha criticado os blogues e referiu que o Senhor Presidente não podia criticar os blogues uma vez que o seu Chefe de Gabinete é administrador de um blogue. Terminou este ponto dizendo que o executivo da Junta de Freguesia se tinha reunido para discutir essa reunião e que, por unanimidade, se decidiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto deveria continuar com o mesmo comportamento nas suas intervenções. O Deputado Fernando Gomes fez também uma intervenção relativamente ao Mapa de Pessoal dizendo que não é contra as pessoas mas sim contra a forma como as coisas são colocadas. O Deputado pediu ao Senhor Presidente da Câmara que, uma vez que já cancelou alguns concursos para contenção de despesas com o pessoal, que cancelasse a nomeação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

provisória da Divisão Jurídica e Contencioso, pois essa contenção deve ser para todos e não só para aqueles que, como se vê, são perseguidos. Finalmente falou na reunião para os agricultores realizada no dia 22 de Fevereiro para a qual um funcionário da Mútua tinha solicitado o auditório da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, tendo sido afixado o seu Edital, mas quatro dias antes da reunião um funcionário da Câmara Municipal telefonou para a Junta de Freguesia dizendo que tinha havido um engano e que a reunião seria realizada não no auditório da Junta mas sim na Câmara Municipal. Lamentou o facto de no, dia seguinte à reunião, ter sido contactado pelas pessoas da CAP e da Mútua pedindo desculpa pela alteração do local pela Câmara Municipal. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa fez a sua intervenção começando por elogiar aquilo que o Executivo tem feito pela Cultura (Festival de rock, Festival do Teatro) e lançou um repto ao Executivo no sentido de fazer chegar este cartaz cultural às freguesias mais distantes do Concelho. Relativamente à insinuação feita pelo Deputado Fernando Gomes de que o Executivo tem perseguido funcionários que apoiaram outros partidos políticos desafiou-o a apresentar provas e a concretizar quem foi prejudicado devido a alterações do quadro ou mudanças de trabalho. Quanto à questão do muro do Eiral considera que este Executivo tem sido atacado como se fosse o responsável pela assinatura do contrato desta obra. Considera que se alguém tem desconfianças relativamente a essa questão existe um tribunal em Mondim de Basto para resolver a questão. Quanto à Carta Arqueológica manifestou a sua opinião no sentido de que o teor científico do livro continua o mesmo. Sabe que quem fez o livro, quem o publicou, quem fez a colheita de informações foi o Professor Dinis. -----

O Deputado João Alarcão iniciou a sua intervenção pronunciando-se sobre o livro do Professor Dinis, tendo já anteriormente manifestado frontalmente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sua opinião ao Senhor Presidente da Câmara, e dizendo que o livro é o culminar de toda esta situação de desconfiança relativamente ao Executivo. Quanto à questão do Muro do Eiral subscreveu aquilo que os seus colegas de bancada manifestaram. Manifestou a sua discordância relativamente a ter de ser o grupo do CDS ou do PSD a recorrer aos tribunais para resolver essa questão. Segundo ele, é o Executivo que deve esclarecer se o Município foi lesado ou não. -----

O Deputado Francisco Ribeiro Martins fez a sua intervenção no sentido de chamar a atenção para os problemas da estrada Anta / Lamas d'Olo, estrada com muito trânsito, e sugeriu que, tendo consciência que a Câmara se depara com dificuldades financeira, a sinalização fosse efectuada pelos meios humanos da Autarquia. -----

O Deputado Luís Sabino de Moura questionou o Executivo Camarário quanto à possibilidade de se criar uma IPSS na freguesia de Atei, criando postos de trabalho e apoiando a comunidade. Abordou também a questão da água, manifestando a sua preocupação com a distribuição da água em baixa. Para ele, esta questão tem que ser resolvida e a Câmara tem que decidir quando vai assumir a distribuição da água ao Concelho, em particular em Atei. Apelou também às populações no sentido de serem exigentes pois os órgãos políticos, a Câmara e a Junta de Freguesia são o reflexo das exigências das pessoas. Salientou que a freguesia de Atei enfrenta neste momento um grande desafio que é a construção da barragem, pelo que Atei tem que reclamar uma estrada de ligação ao Arco de Baúlhe. Isto não é uma obra do orçamento camarário mas sim do Governo pelo que as populações têm que reclamar e exigir. -----

A Senhora Presidente enquanto Mesa prestou alguns esclarecimentos. Relativamente à Moção enviada pela bancada do CDS por e-mail. Esclareceu que a integração de novos pontos na Ordem de Trabalhos exige um mínimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de 48 horas. Como essa Moção não entrou com 48 horas de antecedência, a Senhora Presidente não teria possibilidade de a fazer chegar a todos os Deputados a tempo de ser integrada na Ordem de Trabalhos. Informou o Deputado Fernando Avelino Silva que iria solicitar nesta reunião os endereços electrónicos dos representantes das diversas bancadas e os seus líderes fariam o reencaminhamento aos restantes deputados. Quanto à Moção a Senhora Presidente da Mesa informou que era sua intenção distribuí-la pelos deputados e, no final das intervenções, colocá-la à consideração uma vez que ela não está na Ordem de Trabalhos. Lembrou que a Assembleia tem que aprovar a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, tem que ter a aprovação por 2/3, e afirmou que não havia qualquer tipo de manobra da Mesa relativamente a este assunto. Quanto ao facto do Deputado Fernando Gomes ter afirmado que tinha sido silenciado na Assembleia anterior, a Senhora Presidente esclareceu que tinha sido obrigada a interromper a intervenção do Deputado, que não respeitou a indicação da Mesa. Se a reunião estivesse a decorrer com serenidade, não teria sido necessário chegar a esse ponto. -----

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira colocou duas questões ao Executivo. A primeira questão relaciona-se com as vias de comunicação do Concelho que estão bastante degradadas e mal sinalizadas pelo que questionou o Senhor Presidente relativamente à existência de algum plano para resolver essas questões. A segunda questão relaciona-se em saber como está o Programa de Reabilitação / Requalificação da Zona Histórica da Vila de Mondim de Basto.

O Deputado Fernando Avelino Silva desculpou-se relativamente ao que dissera sobre a Moção e reconheceu que realmente ela não foi enviada no prazo das 48 horas. Aceitou e compreendeu que a Mesa tenha decidido que o documento não tenha chegado no prazo das 48 horas. Apenas fez a sua observação por não se ter apercebido de nenhuma informação no sentido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

desta Moção ser colocada num ponto da ordem do dia, não tendo de todo a intenção de dirigir essa observação à Mesa da Assembleia. Lançou um repto no sentido de haver alguém dos serviços da Câmara onde os membros da Assembleia poderiam colocar as suas questões e onde lhes poderia ser fornecido o material o mais cedo possível. -----

O Deputado João Alarcão, face às observações feitas pela Senhora Presidente da Mesa, solicitou que de futuro as convocatórias e a documentação fossem enviadas atempadamente para o bom funcionamento da Assembleia, pois se não foi possível entregar a Moção no prazo das 48 horas também a documentação não chegou nos cinco dias úteis. Quanto às observações relativas à perseguição de alguns funcionários, salientou que não especificava nomes sem autorização dos próprios. Acrescentou que as suas dúvidas não se prendem apenas com o quadro de pessoal mas também com questões processuais. Pediu esclarecimentos da razão de, com protesto de alguns vereadores não executivos, ter sido agendada e introduzida, numa reunião camarária, a nomeação que já tinha sido chumbada duas vezes antes, nomeando pessoas só do Partido Socialista, atitude que a ser legalmente aceitável, é eticamente reprovável. -----

O Deputado José Teixeira Lopes fez a sua intervenção no sentido de manifestar o seu desagrado relativamente ao protesto apresentado pela Deputada Aurora Peixoto e Pereira que fala em salazarismo, e na qualidade de militante do Partido Socialista, partido de referência da democracia em Portugal, declarou que não podia aceitar esses termos. -----

O Deputado Fernando Gomes fez uma pequena intervenção para dizer que não tinha problemas em citar nomes e falou no filho do Senhor Paulo Loureiro que tem uma acção em tribunal contra a Câmara por ter sido cancelado o seu concurso. Quanto ao Muro do Eiral disse que o Senhor Presidente, na altura como vereador, quis provar que o caminho não foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

alargado como devia ter sido. Afirmou que no Contrato a casa só tinha uma placa quando na realidade tem duas placas e que esse mesmo contrato que o mandatário do Senhor Fernando Pinto de Moura assinou continha ilegalidades. -----

A Senhora Presidente da Assembleia interrompeu a intervenção para chamar a atenção aos Senhores Deputados, dizendo que se estava a dar um mau exemplo à população presente na reunião, que estavam mais preocupados em ataques pessoais do que em abordar questões de interesse para o Concelho. -----

De seguida interveio a Deputada Maria Manuel da Lança Cordeiro que pediu ao Senhor Presidente da Câmara, para bem de todas as populações, que desse indicações no sentido de serem verificadas todas as bocas-de-incêndio. -

O Deputado João Armando de Almeida fez a sua intervenção no sentido de dizer que relativamente ao livro do Professor Dinis não foram cortadas nenhuma página do seu conteúdo e lembrou que a Câmara anterior apoiava ou subsidiava um jornal cujo Director é o Deputado João Alarcão, jornal que se transformou no jornal oficial de propaganda política do CDS na campanha eleitoral. -----

O Deputado João Alarcão lembrou que o referido jornal tinha a colaboração da Câmara mas também a dos solicitadores que pagavam pela publicação das coisas. Realçou que o Partido Socialista também enviava artigos para serem publicados no tal jornal. Concluiu dizendo que tinha muita honra em ter mantido um jornal que considerava independente e que quando tomou parte na campanha eleitoral do CDS usou o jornal para os fins pretendidos, mas lembrou um dos seus artigos em que estavam representados os três líderes políticos da última campanha eleitoral. -----

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira esclareceu que quando utilizou a palavra salazarismo o fez no sentido de ser sinónimo de censura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

Começou por dizer que estava envergonhado, como Presidente da Câmara, pelas situações que se passaram nessa Assembleia, pois iria gastar parte do seu tempo a responder a algumas questões que puseram em causa a sua honra e a sua dignidade. Dirigiu-se à Deputada Aurora Peixoto e Pereira dizendo-lhe que se o conhecesse bem nunca teria utilizado o termo salazarismo. Sendo filho de pessoas antifascistas que lutaram pela liberdade não admite que ponham em causa a sua honra e a sua dignidade e o afecto que tem à liberdade. Lamentou que as pessoas que vieram assistir à reunião da assembleia para ouvir falar nos problemas da freguesia de Atei tivessem assistido a um espectáculo indigno de ataques pessoais. Relativamente ao livro informou que teve a dignidade de pedir desculpa pessoalmente às pessoas que constavam dos agradecimentos. Explicou que, como já dissera anteriormente aos vereadores da Câmara, quando chegou à Câmara o Professor Dinis lhe apresentou um livro que tinha como Presidente da Câmara o Senhor Fernando Pinto de Moura. Ora em Novembro de 2009 o Presidente da Câmara chama-se Humberto Cerqueira, legitimamente eleito pelo povo. Viu-se confrontado com uma situação muito incómoda e falou com o Professor Dinis e acertou com ele a alteração do prefácio. O livro custou cinco mil euros. Informou que este executivo pegou no livro e candidatou-o ao PRODOR, coisa que não foi mencionada pelos Deputados que apenas se limitaram a atacar o Executivo. Salientou que aquando da apresentação do livro teve o cuidado de referir em voz alta que aquela obra era uma obra de trinta anos. É uma obra do Senhor Fernando Pinto de Moura, do Senhor Engenheiro Mendonça e do Senhor Engenheiro Ribeiro. Conclui dizendo que o livro não foi nenhuma atitude salazarista e que, a partir desta explicação e depois de publicamente ter assumido o erro, esperava que os senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

deputados tivessem a dignidade de pedir desculpa. Quanto à questão da perseguição dos funcionários da Câmara, prescindiu de parte do tempo da sua intervenção para que os Deputados que fizeram a insinuação dissessem quem foi o funcionário prejudicado na reorganização dos serviços da Câmara. Salientou que relativamente a esta questão não houve nenhuma perseguição política, houve sim alterações pontuais nalguns serviços e adiantou que metade dos funcionários da Câmara, ao contrário dos restantes funcionários públicos do país, iriam ter um aumento de ordenado ainda este ano, por opção gestonária, por opção do Executivo, uma clara justiça social. Abordou outro ponto frequentemente utilizado como arma de arremesso para atacar o Executivo que é o do Muro do Eiral. É sua opinião que essas insinuações não deviam ser dirigidas ao actual Presidente da Câmara uma vez que ele não assinou nenhum contrato e que provavelmente o Vereador Francisco Ribeiro poderia explicar melhor esta questão uma vez que pertenceu ao anterior Executivo. Acrescentou que, enquanto vereador na oposição, fez as críticas que achou por bem fazer e que agora, na qualidade de Presidente da Câmara, disponibilizaria o dossier sobre o Muro do Eiral a quem o solicitasse. De seguida elogiou os Deputados que se referiram a questões que realmente interessam às populações. Relativamente ao mau estado das vias de comunicação referiu que essa situação o incomodava mas que com as actuais condições meteorológicas não era possível remediar a situação: seria uma perda de dinheiro. O Senhor Presidente declarou que, face ao inverno rigoroso, com muita água, era impossível neste momento solucionar estes problemas mas garantiu que estavam sinalizados e que logo que o tempo melhorasse o Executivo procederá à reparação das estradas. Quanto à estrada do Bobal, mencionou que já várias pessoas lhe identificaram o problema e que logo que fosse possível a marcação da estrada seria feita. Para responder ao Deputado Luis Sabino de Moura informou-o que não é à Câmara que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

competete criar uma IPSS mas comunicou que tinha conhecimento de alguns contactos feitos pelo Presidente da Junta de Atei. Quanto aos acessos à A7, do caderno de encargos apresentado à EDP e ao Governo constam a melhoria da ligação de Atei a Ponte da Barca e a ligação à A7. Relativamente à questão da água é uma questão que preocupa este Executivo. Segundo o Senhor Presidente da Câmara, o anterior tomou uma opção que para ele está errada. Existe uma estação de tratamento na freguesia de Atei que custou seis milhões de euros, cuja ligação à freguesia de Mondim acresce o valor de um milhão de euros. A Câmara neste momento não tem meios financeiros. Irá ser dada continuidade ao protocolo assinado pelo anterior executivo, mas o Senhor Presidente informou que iria tentar negociar com as Águas de Portugal que a Câmara fosse ressarcida do dinheiro que gastou. Relativamente à questão da água em Atei, existe um orçamento de uma empresa para fazer a ligação da água para que dois ou três depósitos sejam ligados este verão. -----

O Vereador Francisco Ribeiro pediu para intervir uma vez que tinha sido citado relativamente à questão do muro do Eiral. Esclareceu que este assunto fora sempre tratado directamente com o anterior Presidente da Câmara. Considera que, dado que o assunto se arrasta há bastante tempo e dado que o assunto foi colocado pelo Partido Socialista de então, deve o actual Presidente da Câmara esclarecer de uma vez por todas este assunto aos mondinenses para que não fiquem sistematicamente em dúvida. -----

1.2- Correspondência recebida -----

Antes de passar à correspondência recebida a Senhora Presidente da Assembleia informou os Deputados que, após ter pedido à Autarquia apoio técnico, tinha sido designada a Dra. Emília Gonçalves para prestar apoio técnico à Assembleia Municipal. Comunicou também a criação de um mail electrónico para a Assembleia Municipal que servirá de meio para agilizar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

comunicação e para onde poderá ser enviada toda e qualquer informação (assembleiamunicipal@cm-mondimdebasto.pt). -----

De seguida, pela Senhora Presidente da Assembleia foi presente a correspondência recebida. -----

Antes de passar à Ordem do dia, a Senhora Presidente da Assembleia decidiu pôr a Moção apresentada pelo grupo parlamentar do CDS/PP à consideração dos Deputados relativamente à sua inclusão na ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por dezanove votos a favor e uma abstenção. De seguida passou-se à discussão desta Moção. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva, enquanto líder parlamentar do CDS, tomou a palavra para fazer uma breve explicação desta Moção. Começou por dizer que esta Moção tinha a ver com o levantamento de algumas questões que foram sendo desenvolvidas em reuniões promovidas pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia e por outras entidades. Salientou que a construção da barragem é um projecto que ainda não está decisivamente aprovado, que esta questão foi tardiamente colocada em discussão pública, não por culpa do actual executivo, pelo que existem algumas questões importantes relativamente ao que se irá perder com a barragem e quais as contrapartidas. Justificou que esta Moção aparece como uma moção de repúdio relativamente a toda a situação gerada pela EDP. Considera que actualmente não existe uma situação clarificadora e que é por isso que a Moção aparece em defesa da própria autarquia para de alguma forma proteger a ideia que é preciso muito mais do que aquilo que se obteve até agora. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa manifestou que não podia aceitar a Moção que refere que o Executivo não acautelou as contrapartidas para algumas famílias pois acha que isso não corresponde à realidade. Entende que o processo foi demasiado rápido, que veio do anterior Executivo já sem esclarecimentos, pelo que este Executivo recebeu um processo que tinha de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ser feito de forma célere e não se podia alhear de um poder negocial. Manifestou que também não podia concordar com esta Moção uma vez que esta reflecte a inclusão do rio Olo que nem sequer está em avaliação. Considera que, na qualidade de representante dos munícipes na Assembleia Municipal, não pode repudiar a construção da barragem. Repudia as torres de alta tensão que são prováveis, repudia as muitas imprecisões do Estudo de Impacte Ambiental mas tem a certeza que este Executivo fará tudo para minimizar, em processo de negociação de contrapartidas, estas situações. Manifestou a sua disponibilidade para, em negociação com os outros Deputados, apresentar uma moção e lançou um repto ao Executivo no sentido de haver uma sessão de esclarecimentos sobre tudo o que tem sido feito na negociação com a EDP. Concluiu dizendo que não estava disponível a fazer o repúdio da construção da barragem e a comprometer este Executivo a alhear-se do processo de contrapartidas pois esse é o verdadeiro método de defesa dos interesses dos munícipes. -----

O Deputado Joaquim Silva Pereira manifestou que não subscrevia a proposta do CDS/PP por considerar que este partido apenas pretende falar para ficar na história como o partido que mais se interessou pela defesa dos Mondinenses mas que no entanto não apresenta soluções, colocando apenas dúvidas. Declarou que tem acompanhado de perto todas as iniciativas a este respeito do Executivo e dos técnicos envolvidos que têm tido um óptimo empenhamento a respeito da defesa do ambiente e a respeito das contrapartidas. Manifestou que era a favor da construção da barragem pois está convicto que ela irá ser um pólo de desenvolvimento para toda a região de Basto. Para terminar apontou duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, não relacionadas com a barragem: a primeira questão diz respeito à Águas do Ave e a segunda questão diz respeito à rede de muito alta tensão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Pediu ao Senhor Presidente um forte empenho nestas questões e aconselhou-o a ter muita cautela na decisão final. -----

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou a Moção à votação tendo tido como resultados treze votos contra, cinco votos a favor e duas abstenções. -----

O Deputado João Alarcão fez a sua declaração de voto dizendo que era a favor da Moção e lamentou que esta não pudesse ser defendida como deveria ser. Acrescentou que no Estudo de Impacte Ambiental da Iberdrola está previsto o transvase do rio Olo. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa justificou o seu voto e reafirmou a sua disponibilidade para uma moção conjunta no processo de contrapartidas. Existem coisas com as quais ele não concorda mas entende perfeitamente a posição do Executivo que não se pode declarar a favor ou contra pois o processo do programa nacional de barragens irá continuar independentemente da barragem do Fridão vir a ser construída. Considera que o grupo parlamentar do CDS/PP deveria ter feito uma moção de repúdio ao programa nacional de barragens porque a linha de alta tensão não depende da barragem do Fridão. Concluiu dizendo que gostava de ver os Deputados do CDS a participar e a dar sugestões ao Executivo no processo negocial de contrapartidas. -----

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira fez a declaração de voto do grupo parlamentar PSD dizendo que não subscreviam a Moção por considerar que não era a mais correcta e não era muito clara nos objectivos que pretende atingir, nomeadamente quando menciona que o projecto não respeita os normativos de várias organizações internacionais relativamente aos eventuais prejuízos que possam advir da construção da barragem. Entendem que a Moção não atende aos pressupostos de avaliação de prejuízos e benefícios, apontando claramente o protesto contra a construção da barragem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado João Alarcão fez a sua intervenção no sentido de clarificar que não houve nenhuma intenção política e que era evidente que este Executivo entrou numa situação em que todo este processo já estava a decorrer. Quanto à questão do rio Olo, entende que deve ficar perfeitamente claro que essa ideia está abandonada. No que respeita à barragem do Fridão, considera que esta não é indissociável das barragens que lhe estão a montante e entende que se devia procurar nas sessões de esclarecimentos ouvir também a Iberdrola pois o seu Estudo de Impacte Ambiental apresenta riscos diferentes do EIA da EDP. Acrescentou que, por outro lado, uma vez que ainda não está definida a posição da Comunidade Europeia, se deveria aguardar pelos resultados. Concluiu dizendo que havia mais político no facto de contrariar a Moção do que no facto de a apresentar. -----

A Senhora Presidente da Assembleia fez a sua declaração de voto contra a Moção por considerar que existem algumas imprecisões. Acrescentou que, se esta moção não era uma questão política e de marcação de peso do partido em causa, teria sido mais elegante que os outros líderes tivessem sido consultados e que esta Moção surgisse como uma moção conjunta dos três partidos representados nesta Assembleia. Concluiu felicitando o Deputado Jorge Rabiço da Costa pela proposta lançado. -----

2- Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da Acta da reunião de 30 de Dezembro de 2009 -----

A acta da reunião ordinária do dia 30 de Dezembro de 2009 foi aprovada com dezoito votos a favor e duas abstenções. -----

2.2- Declaração da Capela do Senhor da Ponte do Cabril como Valor Concelhio -----

O Deputado João Alarcão fez uma intervenção no sentido fazer um reparo relativamente à designação de valor concelhio uma vez que esta terminologia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

já não existe, tendo sido substituída pela designação Imóvel de Interesse Municipal. -----

O Deputado Francisco Ribeiro Martins levantou algumas dúvidas em relação a esta declaração pois, segundo o Estudo de Impacte Ambiental, a Capela do Senhor vai ficar submersa pelo que não entende esta proposta. ----

O Deputado João Saraiva de Almeida respondeu ao Deputado Francisco Ribeiro Martins que a Capela do Senhor vai ser classificada exactamente por essa razão. Tanto a Ponte como a Capela do Senhor vão ser transladadas daquele sítio para a parte de cima de Moutão. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou esta proposta à votação, com a devida alteração da terminologia. A proposta de declaração da Capela do Senhor como Imóvel de Interesse Municipal foi aprovada por unanimidade. –

2.3- Regulamento Municipal da Oficina Móvel -----

A Presidente da Assembleia colocou à votação o Regulamento Municipal da Oficina Móvel, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

A Deputada Maria Manuel da Lança Cordeiro congratulou esta iniciativa e solicitou que a sua divulgação fosse feita pelas pessoas mais necessitadas e distantes. -----

2.4- Apreciação do Parecer do Conselho Municipal de Segurança -----

A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que este Parecer já foi aprovado pelo Conselho Municipal de Segurança, tratando-se agora apenas da sua ratificação. -----

O Deputado Fernando Gomes fez a sua intervenção no sentido de explicar que tinha sugerido na reunião do Conselho Municipal de Segurança que fosse remetido o parecer de discussão dos assuntos tratados à Assembleia Municipal para conhecimento. A sua sugestão não foi aceite mas reafirmou que achava conveniente que a Assembleia tivesse conhecimento dos problemas graves que são tratados, exceptuando-se os casos sigilosos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado Joaquim Silva Pereira explicou que o argumento que foi dado para os assuntos não virem à Assembleia foi exactamente pelo facto de existirem situações que devem ser sigilosas. -----

De seguida procedeu-se à votação desta questão tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.5- Aprovação da alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Baixo Tâmega -----

O Deputado João Alarcão manifestou que, relativamente a esta matéria, entende que, tal como estipulam os Estatutos da Associação de Municípios do Baixo Tâmega, é necessária a posição de cada uma das Assembleias Municipais e a aprovação desses estatutos pela maioria dessas Assembleias de cada um dos municípios. É prática comum em qualquer sociedade que quando se fazem alterações aos estatutos se indiquem as alterações que se estão a fazer. Criticou a Associação de Municípios do Baixo Tâmega pois considera que não pode enviar para aprovação um documento no qual não se sabe o que está a ser alterado. -----

O Senhor Presidente da Câmara fez uma pequena intervenção explicando que a Associação de Municípios do Baixo Tâmega é uma assembleia de municípios, sediada em Amarante, da qual fazem parte Mondim de Basto, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Baião, Amarante e Marco de Canavezes. É uma assembleia que não tem fins específicos mas sim quatro projectos que estão sob a sua alçada. Mondim de Basto está apenas num deles que é o caso da Netmóvel e existe a possibilidade de Mondim integrar a Rota do Românico. De facto os estatutos foram aprovados mas o Senhor Presidente comunicou que iria transmitir uma recomendação ao administrador da associação no sentido de que os documentos enviados para as Assembleias Municipais sejam devidamente acompanhados de um pequeno memorando com a descrição das alterações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Baixo Tâmega foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.6- Nomeação de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Protecção Civil-----

Foram entregues duas propostas para a eleição dos Presidentes de Junta: ---

Proposta PS : Mário Queirós -----

Proposta CDS : Fernando Carvalho Gomes. -----

De seguida procedeu-se à votação desta questão tendo sido aprovada a proposta do PS com onze votos, tendo tido a proposta do CDS nove votos. Foi nomeado o Presidente da Junta de Freguesia do Bilhó, o Senhor Mário Queirós, para representante das juntas de freguesia da Comissão Municipal de Protecção Civil. -----

2.7- Informação do Executivo -----

O Senhor Presidente da Câmara aproveitou, uma vez que os senhores Deputados já tinham a informação do Executivo, para responder a algumas questões colocadas durante a sessão. Relativamente à oficina móvel, agradeceu a intervenção da Deputada Maria Manuel da Lança Cordeiro, tendo sido muito pertinente e oportuna, garantindo que tudo iria ser feito, através dos meios usuais e eficazes, para que a divulgação dessa oficina chegasse a todas as pessoas. Relativamente à questão da barragem abordada por vários deputados informou que houve uma posição conjunta dos Presidentes de Câmara de Mondim de Basto, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto e que existe um caderno de contrapartidas comuns, sem prejuízo de cada um dos municípios ter feito um levantamento de todas as situações que deveriam incluir no caderno de contrapartidas. Acrescentou que esse documento já era do conhecimento dos Senhores Vereadores. Relativamente à questão das escolas colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Atei, informou que existe um problema que tem de ser resolvido uma vez que o projecto de centro escolar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

para a freguesia de Atei candidatado pelo anterior Executivo obteve por parte do Ministério da Educação parecer desfavorável., o que significa que não haverá financiamento para o centro escolar de Atei. Perante esta situação, o actual Executivo iniciou negociações com o Ministério da Educação no sentido de se poder alargar e adaptar mais três salas no actual centro escolar para permitir que os alunos de Atei possam frequentar aquele centro. Relativamente à questão do projecto de regeneração urbana, informou que este projecto já foi iniciado e que estão a ser ultimados alguns pormenores. Salientou que este projecto irá requalificar quer a zona antiga quer parte da zona nova da vila, não estando neste momento ainda definida a área de intervenção, mas devendo o projecto ser iniciado ainda durante o ano de 2010, até porque existem obrigações em termos de candidatura. A vila de Mondim de Basto ficará com melhores estacionamento, novos sinais de trânsito, com zonas pedonais, entre outras coisas. Relativamente à questão do transvase do rio Olo, afirmou e assumiu que em sede de discussão pública este Executivo irá apresentar um comunicado à Agência Portuguesa do Ambiente manifestando que é contra e que não admite qualquer hipótese de transvase do rio Olo. No estudo que existe não consta o transvase mas, no entanto, e para sossegar as pessoas, garantiu que iria manifestar que é inadmissível qualquer interferência no rio Olo. Para responder ao Presidente da Junta de Paradação relativamente à questão da linha de alta tensão, manifestou que vale a pena utilizar todos os meios necessários para salvaguardar os interesses das populações e que este Executivo já fez sentir isso junto das entidades responsáveis. Quanto à questão das Águas do Ave, existe um acordo no sentido de entregar as águas em alta feito pelo anterior Executivo e, durante este ano, existe a possibilidade de todos os municípios poderem aderir em baixa. O peso negocial do município é muito diminuído pois já tem uma obra de seis milhões de euros. Quanto à gestão da água não será nenhuma empresa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

privada que a irá gerir, pediu para não ficarem com a ideia de que, pelo facto de se aderir à Águas do Ave, isso não significa que a água vem do Ave e acrescentou que toda a gente vai ter de pagar a água. Salientou que a forma como isso será feito terá de ser acertada e responsável não existindo neste momento nenhuma informação. -----

O Deputado Fernando Avelino fez a sua intervenção no sentido de que tendo ele abordado algumas questões relativamente à freguesia de Atei, gostaria que o Executivo lhe explicasse quais os projectos definidos para esta Freguesia este ano de acordo com o Plano de Actividades e Orçamento que foi aprovado. Relativamente à criação de uma IPSS, em Atei, e com o levantamento de património rico que esta freguesia tem, considera que, embora o município não tenha competência, pode haver uma colaboração com a junta de freguesia de modo a promover, incentivar e procurar apoios para essa criação. -----

O Deputado Fernando Gomes ouviu as explicações fornecidas pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a barragem do Fridão mas acha que o Estudo de Impacte Ambiental da EDP omitiu muitas questões. Considera que a Iberdrola, no seu parecer, é muito mais clara e que existem contradições entre os estudos das duas empresas. Entende que o parecer da Iberdrola tem um conjunto de transparências que não existem no da EDP. Considera que não se podem exigir contrapartidas pois ao fazer-se está-se a concordar com a construção da barragem e que se tem de afirmar à EDP que o Concelho não quer a linha de alta tensão. -----

2.8- Intervenção do público -----

O Senhor José Rodrigues pediu para fazer uma intervenção sobre a questão do muro do Eiral na qualidade de morador. Afirmou que existe um projecto e um contrato assinado entre a Câmara e o Senhor Borges, contrato que lhe foi cedido pelo próprio, cujo projecto fala numa casa com uma laje mas que na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

realidade tem dois pisos. Afirmou que já tinha demonstrado o seu descontentamento em reuniões anteriores e assumiu que se sentia lesado pois, quando a obra do Senhor Borges foi concluída, gastou muitas horas a reclamar aquilo a que tinha direito e que foram necessários dois anos para que a Câmara lhe repusesse os muros alagados por causa da dita obra, para benefício do Senhor Borges. Considera que esta obra não teve interesse público e que o único beneficiado foi o Senhor Borges e que esta obra teve o impacto que teve porque os moradores não foram servidos. Aproveitou para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que mandasse alguém ao seu terreno para pavimentar parte do caminho que foi alargado para essa obra e não foi concluído. -----

Encerramento da Reunião -----

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 29 de Abril de 2010 por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. -----

